

**PARECER DA APEM**

Provas de Aferição do 2º ano de escolaridade – Música 2017

- Análise dos Resultados -

Considerando o quadro atual do 1º ciclo do Ensino Básico, está expresso nos atuais documentos curriculares que a Música se enquadra nas áreas das Expressões, a par com as Expressões Dramática, Plástica e Físico-Motora, fazendo parte da gestão curricular do professor titular.

No ano letivo passado, pela primeira vez, realizaram-se provas de aferição no 2º ano de escolaridade para as áreas das expressões. Nesse ano, foi também redefinido pelo Ministério da Educação o tempo aconselhado para a globalidade das áreas das expressões: 5 horas semanais do horário letivo das crianças.

Sabemos que, na grande maioria das escolas, é o professor titular que tem obrigação de desenvolver todas as áreas artísticas do currículo, nomeadamente a Música, e só em muito poucas escolas existem professores especializados que desenvolvem atividades musicais coadjuvando o professor ou, e ainda em mais casos, a Música está apenas nas atividades lúdico-expressivas integrada nas atividades de enriquecimento curricular. Na prática, fora do currículo.

Assim, a música no 1º ciclo continua a ser praticamente inexistente, apesar de assumida nos documentos curriculares, como referimos. A falta de formação dos professores e a sua pouca confiança musical para o desenvolvimento de atividades nesta área têm sido as principais razões apontadas pelos próprios professores titulares para a pouca ou inexistente expressão musical.

A instituição de provas de aferição nas áreas das expressões no 1º ciclo veio, no entanto, criar alguma agitação, debate e “preocupação artística”. Afinal é este o poder dos exames, da avaliação institucional e do prestar contas.

Congratulámo-nos pelo facto do Ministério da Educação ter considerado as áreas das expressões como matéria para aferir. Fazia sentido que o sistema não aferisse apenas o Português e a



Matemática, quando se considera e defende a globalidade do currículo e a contribuição das várias áreas para o desenvolvimento integral dos alunos.

Preocupámo-nos, contudo, com a operacionalização destas provas de aferição, tanto do ponto de vista da sua conceção, como do ponto de vista da sua própria aplicação. Sobre isso demos conta tanto à Secretaria de Estado da Educação (SEE), como à Direção Geral de Educação (DGE), como ao próprio Instituto de Avaliação Educacional (IAVE), instituição que elabora todas as provas de avaliação externa e provas de aferição.

A questão que colocámos e que considerámos que devia estar a montante de qualquer decisão é o “para quê” desta aferição. O que se quer saber, o que se quer aferir?

Apesar de conhecermos bem os objetivos expressos para as provas de aferição [http://www.apem.org.pt/associacao/noticias/index.php?post\\_id=64](http://www.apem.org.pt/associacao/noticias/index.php?post_id=64), o que pretendemos relevar é que dentro destes objetivos estão vários “públicos” a quem se dirige a informação recolhida nestas provas, nomeadamente, o sistema educativo, as escolas, os professores, os encarregados de educação e os próprios alunos. E, por isso, a resposta à questão “para que serve a avaliação aferida?” torna-se ainda mais complexa porque é interpelação a vários níveis.

Um outro aspeto desta avaliação é o seu próprio objeto: a expressão musical. Como se afere a expressão musical individual de crianças de 7 ou 8 anos de idade? Que interesse tem? Para quem? Evidentemente que nunca se colocaria a questão da expressão musical destas crianças ser aferida senão através de uma atividade prática. Mas que atividade, ou atividades?

Na altura, e perante o exemplo de prova/informação que nos foi apresentada previamente pelo IAVE, em que se propunha a avaliação de uma atividade de composição rítmica (frase rítmica) que a criança teria que saber repetir na pulsação (ostinato) ao mesmo tempo que diria de forma perceptível e audível uma lengalenga aprendida no momento, considerámos, à partida, pouco relevante a informação que seria possível extrair destas atividades.



Num outro ponto de vista, não podemos deixar de considerar que as provas de aferição vieram colocar as áreas das expressões artísticas na agenda de muitos professores. O princípio de alargar as provas às áreas artísticas poderá até ter dado um sinal aos professores, e à sociedade em geral, de que estas áreas do currículo não só existem, como podem ser importantes para o desenvolvimento global dos alunos. Por isso, consideramos que estas provas tiveram e têm um valor essencialmente instrumental.

Tendo acompanhado de perto a operacionalização e os processos de aplicação das provas, chamámos a atenção, nos locais próprios, para diversos aspetos relacionados com o teor e a estrutura da prova. Preocupou-nos também, numa fase posterior do processo, a logística da aplicação que exigia aos professores aplicadores e aos professores classificadores tarefas bem definidas.

Os Diretores terão escolhido e nomeado, como bem entenderam, os professores para classificarem as provas nas turmas do 2º ano do seu Agrupamento. Tivemos várias indicações sobre essa nomeação: houve casos em que foram nomeados professores de música, outros casos professores do 1º ciclo com ou sem formação musical, e ainda noutros casos, a dupla de classificadores foi constituída por um professor de música e outro professor do 1º ciclo. Houve, ainda, casos em que os professores de música do Agrupamento não tiveram qualquer tipo de intervenção nem conhecimento da prova.

Relativamente à aplicação das provas, as realidades também foram várias. Houve casos em que os professores das turmas do 2º ano tiveram conhecimento antecipado das mesmas, outros que apenas as conheceram no momento da sua aplicação. Também houve casos em que os professores titulares, no momento das provas, apoiaram os seus alunos ativamente, cantando com eles, por exemplo, e outros casos em que o professor apenas estava de corpo presente. Outros houve em que foram os próprios professores classificadores que aplicaram as provas sem qualquer intervenção do professor titular da turma. Ainda tivemos conhecimento de casos em que as crianças, individualmente, cantaram com o suporte de áudio na versão com voz de adulto e não só a versão instrumental da canção, como previsto.



Neste quadro, as questões de equidade são por demais evidentes.

As questões musicais propriamente ditas devem também merecer uma reflexão cuidada.

Depois de um “aquecimento musical” da turma, as crianças tiveram que aprender uma canção, como turma, para depois cantá-la individualmente. Detenhamo-nos na aprendizagem da canção.

Como se sabe, uma canção é constituída por melodia, ritmo, elementos expressivos, tais como dinâmica e andamento, e uma letra, ou seja, um texto/poema/verso/rima/provérbio, etc. e pode ser apresentada com um arranjo/acompanhamento instrumental ou *a cappella*.

As canções selecionadas para estas provas fazem parte do cancioneiro infantil português que as crianças podiam ou não já saber, eram cantadas (gravação áudio) por uma voz feminina e acompanhadas por um arranjo para piano. Foi dado tempo para as crianças aprenderem, ouvindo, reproduzindo por frases e depois reproduzindo a totalidade da canção. A forma de ensinar a canção estava expressa no guião da prova e incluía a aprendizagem da letra e melodia em simultâneo e, logo a seguir, o ensino das alterações de dinâmica e andamento que estavam escritos na letra da canção, que poderia estar em fotocópia ampliada na parede da sala em local que todas as crianças pudessem ler. Convém referir que na gravação áudio as alterações de dinâmica e andamento eram muito pouco perceptíveis.

Ora, a primeira questão que se coloca, e muito estudada na investigação em música e psicologia da música, é a problemática do ensino da letra e música de uma canção: em simultâneo ou separadamente, melodia e letra. E porquê? Porque são duas dimensões da aprendizagem completamente diferentes. O som/melodia que as crianças não conhecem, e a letra – som das palavras – a que as crianças atribuem um significado. No caso da aplicação destas provas sugeria-se que as crianças lessem. Mais outra dimensão que as crianças do 2º ano de escolaridade poderiam ou não dominar e nesta situação estarem a soletrar, sem ligar à música (melodia e ritmo). Mesmo que não lessem e já tivessem decorado a letra da canção, seria natural que se atrapalhassem nalgum verso ou palavra e procurassem repetir. Só que, neste caso, cantavam com um áudio gravado pelo que a música gravada não esperava pelo canto das crianças...



Para além dos aspetos que colocámos da equidade e da aprendizagem musical, referimos também os critérios de avaliação e os descritores de desempenho para cada uma das tarefas e cujo registo se fez através de observação direta dos alunos.

As tarefas da prova podiam ser realizadas individualmente ou em pequenos grupos, sendo, no entanto, a avaliação sempre individual.

Na expressão musical, a prova de aferição teve duas tarefas distintas. Para além do cantar uma canção, como já referido, as crianças tinham que movimentar-se a partir da audição de uma música, fazendo corresponder movimentos diferentes para as várias partes da música que deveriam perceber, criando uma dança. Para serem classificadas, as crianças cantaram individualmente e, no caso do movimento, realizaram a tarefa em grupos de 3 ou 4, sendo que o professor classificador fazia sempre um registo individual.

Para cada uma destas duas atividades os classificadores tiveram que registar a sua apreciação numa tabela com dois parâmetros de observação e um total de oito descritores de desempenho.

Classificar desempenhos individuais, em observação direta, perante uma tabela de oito descritores organizados em dois parâmetros, não foi tarefa fácil. Podemos dizê-lo com toda a certeza.

Dada a diversidade da formação dos classificadores, ou seja, professores com e sem formação musical, que têm que perceber se as crianças cantam uma melodia igual, aproximada ou diferente à da canção que ouviram, ou se fazem as variações de andamento e de intensidade respeitando ou não as indicações dadas, ou ainda se se movimentam com sentido rítmico (de acordo com o andamento) e expressividade (segmentos corporais com fluidez ou sem ou parcialmente), que garantias de fiabilidade e validade podemos atribuir aos registos dos professores na sua observação direta do desempenho das crianças?

Refira-se ainda que, mesmo depois de uma atividade de descontração e preparação para a prova, os alunos tiveram de se expor individualmente perante a turma, professor e classificadores. Ora, por mais descontraído que fosse o ambiente de realização das provas, numa situação em que se tem de cantar sozinho perante colegas e professores que vão classificar o seu desempenho, que tipo de informação obtida naquelas condições podemos extrair e que benefícios para o desenvolvimento da expressão musical dos alunos podemos evidenciar?



Os resultados disponibilizados no dia 4 de outubro, acompanhados de relatórios com algumas explicações, identificaram que: 30,6% das crianças conseguiram fazer as atividades, 31,1% conseguiram mas podiam ainda melhorar, 25,6% revelaram dificuldades e 12,7% não conseguiram ou não responderam às referidas atividades.

Resumidamente, temos 61,7% de resultados positivos (crianças que conseguiram e outras que podiam ainda fazer melhor) e 38,3% de resultados negativos nestas provas de expressão musical.

Verificamos ainda que, das expressões artísticas, a expressão musical foi a que apresentou resultados mais baixos.

Entretanto, os resultados das provas de aferição nas áreas das expressões não foram apresentados com especificação de domínios, ao contrário do que foi feito com outras áreas disciplinares. Assim, não ficámos a saber qual, na área da música, foi o desempenho das crianças nos domínios cognitivos que implicam reprodução, interpretação ou criação, tendo sido apresentados apenas os resultados globais das três áreas artísticas. Naqueles domínios, as percentagens globais das três áreas distribuíram-se de forma similar, com melhor percentagem no reproduzir: 79,1% (reproduzir), 76,1% (interpretar), 74,8% (criar).

Relativamente a estes resultados, o relatório do IAVE apenas refere:

“As provas de Expressões Artísticas e Físico-Motoras são, globalmente, as que apresentam os desempenhos mais elevados. Há ainda a destacar que, na prova de Expressões Artísticas, os desempenhos não foram muito condicionados pelo nível de complexidade das tarefas propostas (os valores por domínio cognitivo apresentam uma fraca amplitude, da ordem dos 4%).”

Ora, com base na informação disponibilizada, não ficámos a saber como se constituíram os critérios dos domínios da reprodução, da interpretação e da criação perante as duas atividades que as crianças tiveram que realizar.

Neste contexto, a nossa preocupação maior tem a ver com o interesse e relevância da informação extraída de provas de aferição em expressão musical que têm como objetivo a aferição individual dos alunos.

Terminamos como começámos: que interesse tem uma prova de aferição em expressão musical de crianças do 2º ano de escolaridade, para além do valor estritamente instrumental da mesma, ou seja, dizer aos professores e à sociedade que estas áreas existem no currículo?



Como já tivemos oportunidade de dizer, tanto na Secretaria de Estado da Educação, como na Direção-Geral de Educação e no próprio IAVE, a aferição deve existir com base numa supervisão formativa do sistema. A supervisão formativa pode, de facto, contribuir para melhorar as práticas docentes que, por sua vez, podem contribuir para melhorar as aprendizagens das crianças.

Lisboa, 27 de outubro de 2017

A Direção da APEM

(Manuela Encarnação)